



ANEMIA INFECCIOSA EQUINA (AIE): PRINCIPAIS FORMAS DE CONTROLE E SEU IMPACTO ECONÔMICO NO BRASIL

Maria Fernanda Passely Bastos^{1*}, Anna Clara Barbosa Dilson¹, Isadora Pereira Faleiro¹, Sara Sapavini Costa¹, Yasmin Bastos Carvalho de Assis¹ e Richard Deyber Guimarães de Carvalho².

¹Discente no Curso de Medicina Veterinária – Centro Universitário Arnaldo Janssen - UniArnaldo – Belo Horizonte/MG – Brasil – *Contato: mfpassely21@gmail.com

²Docente do Curso de Medicina Veterinária – Centro Universitário Arnaldo Janssen - UniArnaldo – Belo Horizonte/MG – Brasil

INTRODUÇÃO

A Anemia Infecciosa Equina (AIE) é uma doença viral crônica, sem cura ou vacina, que representa um grande desafio para a equideocultura no Brasil. A transmissão ocorre principalmente por vetores hematófagos e práticas de manejo inadequadas. Por ser de notificação obrigatória, seu controle depende da testagem sorológica e do sacrifício de animais positivos, o que gera impacto econômico, especialmente em regiões rurais e entre equídeos de trabalho. Contudo, observa-se prevalências endêmicas no Pantanal do Mato Grosso (31,5%), em Rondônia (9,6%) com casos entre animais de serviço (3,1%) e em haras no estado de Minas Gerais (0,7%). Sendo assim, nota-se que as formas de controle como o abate sanitário, testagem generalizada dos animais da propriedade, isolamento e marcação dos animais positivos e a interdição da propriedade até que o protocolo sanitário previsto em ⁶ seja realizado, se efetivadas com excelência, mostram-se eficazes no combate a esta doença.

METODOLOGIA

Este trabalho foi desenvolvido por meio de revisão bibliográfica, com levantamento de dados em artigos científicos presentes nas revistas: Revista de Medicina Veterinária do UNIFESO, e Pesquisa Veterinária Brasileira; publicações do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e estudos recentes entre 2004 e 2024. A análise foi focada em fatores epidemiológicos, práticas de manejo e medidas de controle aplicadas à realidade brasileira.

RESUMO DE TEMA

No que se refere ao trânsito de animais, nota-se que os cavalos machos são menos frequentes nesta atividade, devido às características econômicas do comércio de equídeos, uma vez que a preferência comercial é de fêmeas¹. Sendo assim, este fator se relaciona com o trânsito de animais devido ao transporte para as exposições que envolvem equídeos, por exemplo, visto que estes eventos em sua grande maioria, possuem um propósito comercial, como a compra e venda de animais. No entanto, por meio de testagens sorológicas como Ensaio Imunoenzimático (ELISA) e Imunodifusão em Gel de Ágar (IDGA), realizadas em uma determinada propriedade, observou-se que a prevalência de animais positivos para a Anemia Infecciosa Equina (AIE) foi maior entre os machos. Essa constatação deve ser considerada um fator preocupante na epidemiologia da doença, visto que, durante a cópula, o vírus da AIE pode ser transmitido à fêmea via sêmen¹.

Segundo o mesmo autor, fazendas que realizam o trânsito frequente de animais costumam realizar os testes sorológicos exigidos por lei. Por outro lado, propriedades que não realizam esse transporte, muitas vezes não submetem seus animais aos exames, o que representa um risco sanitário, pois equídeos assintomáticos podem ser portadores e disseminadores do vírus. A AIE é um desafio para a equideocultura, pois não há vacina ou tratamento específico disponível. O controle da doença é dificultado pelo impacto econômico das medidas sanitárias necessárias, como o sacrifício de animais positivos, especialmente em relação a equídeos de trabalho, que são os menos testados². ³Destaca que animais de serviço, amplamente utilizados na agropecuária, são menos frequentemente testados quando comparados à obrigatoriedade da testagem para animais destinados ao comércio, trânsito ou participação em eventos.

Do ponto de vista epidemiológico, a presença de regiões alagadas favorece o desenvolvimento de moscas e mosquitos hematófagos, devido à alta umidade, configurando-se como fator de risco para a disseminação da AIE, já que esses insetos atuam como vetores mecânicos da doença. A longevidade média da fase adulta desses vetores, de aproximadamente dois meses, aumenta o potencial de transmissão entre diferentes animais. Além disso, práticas como a reutilização de materiais perfurocortantes

(agulhas, seringas, entre outros) e o compartilhamento de equipamentos de manejo (arreios, embocaduras, aparadores de casco etc.) entre animais, especialmente quando em contato com lesões, contribuem significativamente para a propagação do vírus⁴.

No Brasil, o controle da AIE é regulamentado pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), que estabelece normas como a testagem periódica obrigatória e a notificação compulsória dos casos. A vigilância ativa e passiva é realizada por programas estaduais, sendo essencial a atuação dos médicos-veterinários como agentes de educação sanitária e executores das medidas de contenção⁴. O monitoramento contínuo e o isolamento dos animais soropositivos foram identificados como estratégias eficazes de controle em regiões de alta prevalência, como demonstrado por ³ em estudo realizado no estado do Pará. ¹Indica uma baixa prevalência de AIE no Paraná com base em testagens sorológicas. No entanto, ³ aponta prevalências endêmicas elevadas em algumas regiões do Brasil, como 31,5% no Pantanal do Mato Grosso, 9,6% em Rondônia, 3,1% entre animais de serviço e 0,7% em haras no estado de Minas Gerais.

A importância econômica da equideocultura está diretamente relacionada às medidas de controle da AIE, como a eutanásia obrigatória de animais positivos bem como a interdição da propriedade somada à proibição do trânsito de animais ^{5,6}. Ademais é válido ressaltar que o abate sanitário do animal portador de AIE, preferencialmente realizado na propriedade, se assim determinado, é de notificação obrigatória e imediata à instituição sanitária responsável da Unidade Federativa (UF), uma vez que é de competência do veterinário oficial realizar o procedimento de eutanásia dentro do prazo máximo de trinta dias, a contar da data do resultado do exame de diagnóstico ⁶. Isso representa um impacto significativo, sobretudo quando se trata de equídeos com alto valor zootécnico ou esportivo, cujo valor é adquirido ao longo de sua vida. A eutanásia, somada às restrições sanitárias como a interdição da propriedade, uma vez que a desinterdição da mesma só é possível mediante dois exames de resultado negativo para AIE, em todos os equídeos presentes na propriedade, e à restrição de movimentação e comercialização dos animais, uma vez que os animais portadores do vírus da AIE são objetos de veiculação do vírus, acarretam prejuízos diretos aos criadores^{6,7}. No entanto, quando eficazes, as medidas de controle mencionadas, como a interdição da propriedade, e outras como a proibição do trânsito de animais, a quarentena de animais recém chegados à propriedade juntamente com a submissão dos mesmos à exames para detecção de AIE, e o isolamento obrigatório de animais em conjunto com a sua identificação como previsto em ⁶ e a testagem obrigatória em todos os equídeos existentes na propriedade reduzem significativamente os focos da doença, promovem maior segurança sanitária e contribuem para a abertura de mercados internacionais, o que representa um impacto positivo a longo prazo^{6,8}.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Anemia Infecciosa Equina representa um desafio contínuo para a equideocultura no Brasil. A eficácia das medidas de controle está diretamente relacionada à adesão dos criadores, ao rigor técnico dos profissionais envolvidos e à atuação eficiente das autoridades sanitárias. Investir em educação sanitária e em práticas de biossegurança é essencial para mitigar os impactos da doença e garantir a sustentabilidade da atividade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. VIEIRA, R.G.V. **Estudo da prevalência da anemia infecciosa equina no Estado do Paraná**. 2021. 35 f. Tese (Epidemiologia Experimental Aplicada às Zoonoses) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

XV Colóquio Técnico Científico de Saúde Única, Ciências Agrárias e Meio Ambiente



2. PINHO, A. P. V. B. **Situação epidemiológica da anemia infecciosa equina e do mormo no estado do Pará, Brasil.** 2023. 53p. Tese (Doutorado em Ciências) – Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.
3. RESENDE, C. F. **Modelo para controle da anemia infecciosa equina na região Amazônica.** 2021. 78 f. Tese (Medicina Veterinária Preventiva) - Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2021.
4. SILVA, C. A. D. da. **Estudo Retrospectivo da AIE em Rondônia (2018–2024).** 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Medicina Veterinária) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, Colorado do Oeste. Disponível em: <https://repositorio.ifro.edu.br/items/1d7b5562-3fab-40b1-80d6-e903422d0449>. Acesso em: 14 abr. 2025.
5. MORAES, D. D. A. et. al. **Situação epidemiológica da anemia infecciosa equina em equídeos de tração do Distrito Federal.** 2017. Pesq. Vet. Bras. 37(10):1074-1078, out. 2017. Disponível em: DOI: 10.1590/S0100-736X2017001000006. Acesso em: 18 abr. 2025.
6. MAPA (2004) **NORMAS PARA A PREVENÇÃO E O CONTROLE DA ANEMIA INFECCIOSA EQUINA - A.I.E.** Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
7. DAMAZIO, L. C. et al. **Anemia Infecciosa Equina – Revisão da Literatura.** Revista de Medicina Veterinária do UNIFESO, Teresópolis, v. 7, n. 2, p. 45–55, 2022. Disponível em: <https://revista.unifeso.edu.br/index.php/revistaveterinaria/article/view/3058>. Acesso em: 14 abr. 2025.
8. SANTOS, A. J. F. dos et al. **Modelagem e análise da série temporal dos casos de AIE no Tocantins (2007–2019).** Semina: Ciências Agrárias, Londrina, v. 41, n. 6, p. 2593–2606, 2020. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/semagrarias/article/view/37459>. Acesso em: 13 abr. 2025.

APOIO:

